

MARIA JOÃO NETO  
(COORD.)

# MONSERRATE REVISITADO

A COLEÇÃO COOK EM PORTUGAL

200 ANOS DO NASCIMENTO DE SIR FRANCIS COOK  
MECENAS E COLECIONADOR DE ARTE – 1817-2017



# MONSERRATE REVISITADO

A COLEÇÃO COOK EM PORTUGAL

200 ANOS DO NASCIMENTO DE SIR FRANCIS COOK  
MECENAS E COLECCIONADOR DE ARTE – 1817-2017

## TÍTULO

Monsserrate Revisitado A Coleção Cook em Portugal

## PRODUÇÃO

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.

## RESPONSÁVEL GERAL DO PROJETO

António Nunes Pereira

## COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Maria João Neto

## REVISÃO EDITORIAL

Teresa Neto

## DESIGN GRÁFICO

José Dias Design, Lda.

## CAPA

Gregorio di Lorenzo, *Virgem e o Menino*, c. 1470

© PSML, João Krull, 2017

## EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, S.A.

Lisboa, 2017

Rua de Estrasburgo, 26 – r/c dto.

2605-756 Casal de Cambra, Lisboa, Portugal

Telef.: (+351) 21 981 79 60 | Fax: (+351) 21 981 79 55

caleidoscopio@caleidoscopio.pt | www.caleidoscopio.pt

## IMPRESSÃO

Greca – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-658-481-8

Dep. Legal: 432943/17

DOI: 10.19262/978-989-658-481-8

calei  
d o s c  
o p i o

Parques de Sintra  
Monte da Lua

200 ANOS NASCIMENTO 200 ANOS  
FRANCIS COOK



Palácio de Monserrate, Sala da Música,  
pormenor do teto.  
© PSML, João Krull, 2017.



## ÍNDICE

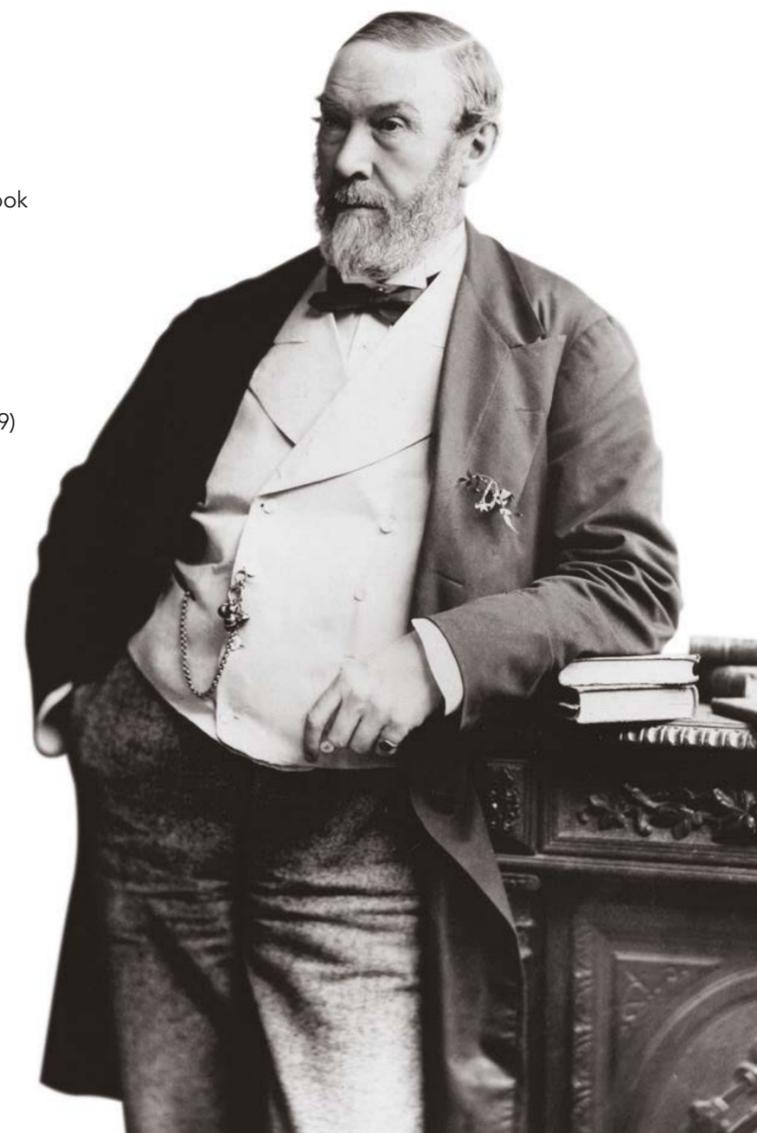
- TEXTOS DE APRESENTAÇÃO
- 35 Dr. Manuel Baptista  
35 Dr.ª Sofia Cruz
- 35 A exposição *Monserate Revisitado* no Duplo Centenário do Nascimento de Sir Francis Cook 1817-2017  
António Nunes Pereira / Maria João Neto

## PARTE I

- ESTUDOS
- 35 Traços do Romantismo Inglês na Serra de Sintra: A Quinta de Monserate  
António Nunes Pereira
- 35 Monserate: a primeira obra da coleção de Francis Cook  
Maria João Neto
- 35 Monserate. A Casa Inglesa Oitocentista em Sintra Divisões, Articulação e Vivência  
Mariana Schedel
- 35 Os jardins de Francis Cook em Monserate (1867-1889)  
Gerald Luckhurst
- 35 O Convento dos Capuchos da Serra de Sintra: uma "ruína artística" de Sir Francis Cook  
Nuno Miguel Gaspar
- 35 Francis Cook, 1.º Visconde de Monserate, 1817-1901: A Coleção Cook  
John Somerville
- 35 John Charles Robinson o amigo e conselheiro  
Vera Mariz

Palácio de Monserate, Sala de Arte Sacra, vitrais.  
© PSML, João Krull, 2017.

Retrato de Sir Francis Cook (c. 1890), de um álbum pertencente à coleção de Brenda, Lady Cook.  
© Robin Briault | National Gallery of Art de Washington.





Pia de Água Benta, cat. 32, pormenor.  
© PSML, João Krull, 2017

- 35 *A Sombra Mais Intensa: Uma Biografia de Tennessee Claflin, Viscondessa de Monserrate*  
Cari Carpenter
- 35 Entre o colecionismo privado e público: Herbert Cook enquanto mecenas das artes na viragem para o século xx  
Barbara Pezzini
- 35 Sir Francis Ferdinand Maurice Cook, 4.º Barone (1907-1078), o último dos proprietários Cook de Monserrate: uma apreciação  
John Somerville
- 35 As últimas vivências em Monserrate  
Margarida Magalhães Ramalho
- 35 Os fotógrafos de Monserrate: a fixação da memória dos sumptuosos interiores do Palácio até ao Leilão de 1946  
Clara Moura Soares
- 35 1946. Monserrate em leilão  
Hugo Xavier
- 35 Projeto de recuperação do Palácio de Monserrate (2007-2012)  
Luísa Cortesão
- 35 Regresso ao Palácio de Monserrate: *A Madonna Cook* de Gregorio di Lorenzo  
Alfredo Bellandi
- 35 Restaurações das peças expostas  
Luís Soares
- 35 *Monserrate Revisitado*: os principais desafios de um projeto curatorial

## PARTE II

### CATÁLOGO DAS PEÇAS EXPOSTAS

- 35 Teresa Neto
- 35 1. Virgem com o Menino
- 35 2. Retábulo da Paixão de Cristo (Calvário, Ressurreição, Ascensão)
- 35 3. Santa Catarina
- 35 4. Santo António e o Menino
- 35 5. Vénus e Meleagro
- 35 6. Bustos femininos (2)
- 35 7. Antínoo como sacerdote imperial (?)
- 35 8. Busto de imperador
- 35 9. Hércules menino lutando com as serpentes
- 35 10. Galeria de Escultura
- 35 11. Fonte de Afrodite Kypria ou Citereia
- 35 12. Apolo Musagetes e as Musas das Artes
- 35 13. Jalis (conjunto de doze painéis)
- 35 14. Alegoria à vitória sobre o império Otomano
- 35 15. Pedestal
- 35 16. Santa Ana / Mater Dolorosa (?)
- 35 17. Cristo Crucificado
- 35 18. Apóstolos
- 35 19. Artemis e Orion, relevo adaptado a porta da Biblioteca
- 35 20. Fauno
- 35 21. Cavalos de Marly
- 35 22. 'Tríptico Cook': Lamentação sobre o Corpo de Cristo / São Francisco de Assis / Santo António de Lisboa
- 35 23. Natureza Morta com flores e pato
- 35 24. Mesa de centro Indo-Portuguesa
- 35 25. Estantes de Biblioteca
- 35 26. Secretária dupla (*Partners' desk*)
- 35 27. Cadeira de estrutura lateral em X (*X-frame side chair*)
- 35 28. Gomil
- 35 29. Gomil
- 35 30. Saleiro-pimenteiro
- 35 31. Lampadário
- 35 32. Pia Água Benta
- 35 33. Sagrada Família
- 35 34. Salva de pé baixo
- 35 35. Salva
- 35 36. Panóplia
- 35 37. Urna com tampa (par)
- 35 38. *Frasco Lua*
- 35 39. *Jarra de Fertilidade*
- 35 40. *Jarrão Jingtailan*
- 35 41. Colcha
- 35 42. Colcha
- 35 43. Tapete
- 35 44. Hídria de figuras negras com Aquiles e Troilo
- 35 45. Fonte Etrusca
- 35 46. Vaso Martaban
- 35 47. Vaso de Alhambra
- 35 48. Azulejos mudéjares
- 35 49. John Charles Robinson, "The early Portuguese School of Painting, with notes on the pictures at Viseu and Coimbra, traditionally ascribed to Gran Vasco"
- 35 50. John Charles Robinson, "Cintra. An English Landscape Garden in Portugal"
- 35 51. Herbert Cook, "Monserrate – Portugal: one of the world's loveliest spots"

Salva de Prata, cat. 35, pormenor.  
© PSML, João Krull, 2017





## O CONVENTO DOS CAPUCHOS DA SERRA DE SINTRA: UMA “RUÍNA ARTÍSTICA” DE SIR FRANCIS COOK

Nuno Miguel Gaspar

### BREVES NOTAS

O convite à nossa contribuição para o catálogo desta exposição motivou-nos, desde logo, à redescoberta de um lugar – o convento de Santa Cruz, mais conhecido por convento dos Capuchos, ou mesmo por Convento da Cortiça – que, para nós, é como que um berço; no contexto da nossa relação com a Serra de Sintra, tanto ao nível pessoal, quanto profissional.

Conceder-nos-ão um indulto relativamente ao tom, algo confessional, que adotamos nos próximos parágrafos, mas foi ali, naquele humilíssimo reduto Franciscano, tão apartado da opulência dos palácios reais e das mansões – nobres ou burguesas –, da lógica racional das coisas, que, em larga medida, aprendemos a inestimável riqueza que se nos oferece a cada centímetro deste peculiar chão sintrense.

Contudo, a aprendizagem mais substancial adveio do nosso encontro com o legado espiritual de Francisco de Assis, e as sementes de um novo tipo de devoção que disseminou na cristandade do seu tempo, recuperadas a posteriori, sem sofismas, pelos Capuchos Arrábidos<sup>1</sup>, na esplendorosa “menoridade” do seu existencialismo místico.

Por eles, fomos levados ao encontro do Crúzio<sup>2</sup> Fernando Martins de Bulhões que, mais tarde, se haveria de converter no eloquentíssimo Frade Menor<sup>3</sup>, no insigne pregador e Doutor da Igreja, conhecido como António de Lisboa, ou de Pádua<sup>4</sup>.

A todos eles devemos o entendimento mais perfeito daquilo que se designou como “Fraternidade Universal”, no sentido Franciscano do conceito, da forma como ele encontrou a sua expressão simbólica e ritualizada no Culto do Espírito Santo (ou Paracleto) – idealizado pela sage e Santa Rainha, Isabel de Aragão –,

Convento da Santa Cruz de Sintra, cruzeiro do “Pórtico das Fragas”.  
© PSML, Emigus.

<sup>1</sup> Relativo aos frades Capuchos, pertencentes à Província de Santa Maria da Arrábida. Estes, embora pertencentes à Ordem dos Frades Menores (ver nota 3), eram assim designados por utilizarem um capelo (capuz) estreito e pontiagudo, semelhante ao que São Francisco de Assis envergava no seu hábito.

<sup>2</sup> Nome comum, atribuído aos membros da ordem religiosa dos Cônegos Regulares da Ordem da Santa Cruz (em Latim *Canonici Regulares Ordinis Sanctae Crucis*, O.S.C.), fundada no ano de 1210 pelo Beato Teodoro de Celles.

<sup>3</sup> Relativo à Ordem dos Frades Menores (em latim *Ordo Fratrum Minorum*, O.F.M.), ordem religiosa fundada, em 1209, por São Francisco de Assis, também conhecida por Ordem de São Francisco, por Ordem dos Franciscanos ou Ordem Franciscana.

<sup>4</sup> Curiosa, neste sentido, foi a demanda de Sir Francis Cook em torno do resgate de uma imagem do famoso taumaturgo, a qual, alegadamente, pertencera a William Beckford.

Seymour Haden, *The Cork Convent*, 1877. © Collection Albright-Knox Art Gallery, Buffalo, New York; Gift of Dr. Frederick H. James, 1891.



<sup>5</sup> Conceito denso, o mito do “Quinto Império” é uma crença messiânica e milenarista, com origens bíblicas (Dn 2) – alicerçado no advento da Terceira Idade do mundo, de acordo com a visão trinitária do abade Joaquim de Fiore – e que tem sido diversamente interpretado ao longo dos tempos. O Padre António Vieira fundou a ideia de “Quinto Império”, considerando que os quatro primeiros impérios eram, por esta ordem: o dos Assírios, o dos Persas, o dos Gregos e o dos Romanos. O quinto seria o Império Português. Acerca deste assunto, diz-nos Joaquim Ruivo, em exemplar síntese, que: “Esta ideia do Quinto Império, afirmada pelo Padre António Vieira, assumida por Fernando Pessoa e continuada pelo filósofo Agostinho da Silva, coloca Portugal como destinado a conduzir os povos numa nova dimensão de liberdade, construída com uma base espiritual, mas assente na Terra. Nesta crença, o Apocalipse, o Fim do Mundo, não é um fim, mas o início de uma nova etapa para a humanidade, um reino do Milénio, onde finalmente a humanidade viverá e progredirá em paz, em sintonia com a vontade do Criador.” <https://www.regiaodeleiria.pt/2013/01/cronicas-do-quinto-imperio-o-quinto-imperio/>.

<sup>6</sup> Fr. António da Piedade foi cronista da província de Santa Maria da Arrábida – à qual pertencia o Convento da Santa Cruz de Sintra – e autor de *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida, da Regular, e mais estreita Observancia da Ordem do Serafico Patriarcha S. Francisco, no Instituto Capucho* (ver tb. notas 8 e 9).

que os portugueses espalharam pelas sete partidas do mundo, preconizando assim, no espaço e no tempo, o chamado “Quinto Império”<sup>5</sup>.

Foi também ali que, verdadeiramente, entendemos de modo mais nítido o significado de um conceito tão abstrato quanto sensível, convencionalmente designado por “espírito do lugar”.

Ali, ou por estar ali, ficámos a conhecer um pouco melhor alguns personagens notáveis da nossa História. Conhecemos os “Castros” da Penha Verde e, de entre eles, o insigne varão D. João, Governador e Vice-rei da Índia, e, por seu intermédio, o brilhante Pedro Nunes, Damião de Góis, Francisco d’Holanda, o Infante D. Luís... esse ilustre desconhecido...

Tudo isso, por conta de um lugar que, na esfera do utilitarismo humano, terá sido sempre um instrumento de desprezo das comodidades e, na vertente material, no que concerne às suas características espaciais e construtivas, aquilo que nas palavras de Frei António da Piedade<sup>6</sup> se designa por “arquitectura abreviada”, ao que nós acrescentaríamos: e orgânica. Daqui, seguramente, o fascínio que o pequeno e despojado eremitério irá exercer no espírito de viajantes que, no correr do tempo, por ali passaram deixando registo e, sobretudo, dos homens de oitocentos; designadamente do Rei-consorte D. Fernando II, que terá aspirado à sua propriedade, e de Sir Francis Cook que, em 1873, o irá adquirir ao terceiro Conde de Penamacor, António Maria de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria e Pereira (1841-1911).



“The Cork Convent” (O Convento da Cortiça), litografia feita a partir de desenho do natural por W. H. Burnett [S.l. s.n., ca. 1834] in *Views of Cintra*. © BNP, E. 953 V.

## RESENHA HISTÓRICA SOBRE O CONVENTO DA SANTA CRUZ DE SINTRA

A origem do Convento da Santa Cruz da Serra de Sintra, comumente conhecido como Convento dos Capuchos – e, na literatura de viagens, largas vezes designado por “Cork Convent” (Convento da Cortiça) –, é tradicionalmente associada a um alegado voto, ou às disposições testamentárias de D. João de Castro (Governador e 4.º Vice-Rei de Portugal na Índia); algo que, em rigor, não é comprovável, já que o testamento do ilustre fidalgo nada refere acerca do assunto<sup>7</sup>. Diga-se, até, que nem mesmo o cronista da Província de Santa Maria da Arrábida<sup>8</sup> – em cuja observância se inscrevia o convento que aqui nos ocupa – lhe consegue definir uma motivação fundacional concreta, ou, mesmo, um momento específico para tal e, por isso, nos diz que: “*Na causa, que o moveo a edificá-lo neste lugar, fallão as nossas memorias com variedade, como tambem no tempo da sua fundação; com tudo concordando humas com outras, seguiremos o que nos parecer mais conforme com a verdade.*”<sup>9</sup>

Cumprir dizer, neste momento, que dada a escassez de fontes documentais que se refiram à fundação do cenóbio, bem como a outras que laborem em torno da sua persistência histórica e que hajam chegado até aos nossos dias<sup>10</sup>, o trabalho desenvolvido por Fr. António da Piedade continua a ser o instrumento historiográfico basilar e incontornável; não somente no que se refere à memória do Convento de Santa Cruz de Sintra, como do próprio conhecimento da observância regular dos Capuchos Arrábidos.

<sup>7</sup> Cristóvão Aires de Magalhães Sepulveda. Testamento de D. João de Castro (Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1901). 11-16.

<sup>8</sup> Referimo-nos a Fr. António da Piedade (1675-1731), nascido em Santarém, filho de António Nogueira de Araújo e de Joana Maria Cardoso. Aos vinte anos professou na Ordem dos Frades Menores, na observância dos Capuchos Arrábidos. Segundo a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado (p. 350), foi lente de Teologia, qualificador do Santo Ofício, visitador da província de Santo António e cronista da província da Arrábida.

<sup>9</sup> Fr. António da Piedade, *Espelho de Penitentes e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrabida* (Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1728), 240.

<sup>10</sup> Sem embargo, pelo trabalho de Ángel G. Ureña Palomo, *Constructio memoriae: una aproximación al universo cronístico de los franciscanos capuchos (Portugal, ss. xvi-xviii)*, que apresenta com grande profundidade as fontes históricas relacionadas com esta observância franciscana, somos a concluir que muitas foram perdidas com o passo do tempo e que, segundo o autor, “*La provincia capucha de la que se conserva mayor producción cronística es la de Santa María da Arrábida.*” Palomo, “*Constructio memoriae.*” 7.



Lápide laudatória da fundação do Convento da Santa Cruz de Sintra, encimada pelas armas dos Castros da Penha Verde. © PSML.

Do que se não pode duvidar – pelo valor documental que encerra – é da letra da lápide laudatória, que comemora a fundação do convento, ostentando as armas dos Castros inscritas numa cartela, belíssima peça lavrada em mármore branco que está colocada na parede da nave, do lado do Evangelho, a qual reza do seguinte modo:

"D. ALVARO DE CASTRO DO CONS.º DE ESTADO, E VEDOR DA FAZ.ª DEL REY. D. SE / BASTIÃO FVNDOR ESTE CONVENTO POR MANDADO DO VISOREY. D. IOAO / DE CASTRO SEV PAY ANNO 1560: O PADROADO HE DOS SVCESSORES DE SVA CASA. / O ALTAR DESTA IGRE.ª HE PRIVELIGIADO TODOS OS DIAS A QVAL QVER SACERDO / TE QVE NELLE CELEBRAR TODAS AS PESSOAS QVE CONTRITAS E CONFESSADAS / OV CÕ PROPOSITO DE SE CONFESSAR, VISITAREM ESTA IGR.ª NA FESTA DA INVE / AÕ. DA S. CRUZ DESDAS PRIMEIRAS VESPORAS ATE O SOL POSTO DO DIA E ROGA / REM A DEOS POLA PAZ ENTRE OS PRINCIPIES CHRISTAÕS, EXTIRPAÇÃO DAS HERESIAS EXALTAÇÃO DA. S. MADRE IGR.ª E POLA ALMA DE. D. IOAÕ DE CASTRO GANHAÕ / INDVLG.ª PLEN.ª E REMISSÃO DE SEVS PECCADOS. ESTAS INDVLG. AS CÕCEDEO O PAPA PIO 4º ANNO DE 1564 A INSTÁCIA DO MESMO. D. ALVº DE CASTRO, SENDO EMBAIX. OR E[M] ROMA"

A partir deste documento epigráfico fica-se a saber que o convento foi, efetivamente, fundado no ano de 1560, por D. Álvaro de Castro – pela titulação, ficamos também a saber alguns dos cargos que exerceu –, a mando de seu pai, D. João de Castro.

Da primeira fábrica da casa, de *"tão pobre em seus princípios"*, diz-se que importou na quantia de cem cruzados<sup>11</sup>, e sabemos que D. Francisco de Castro<sup>12</sup>, por via do seu testamento<sup>13</sup>, lega 200 mil réis de juro para reparo deste convento e da sua Quinta da Penha Verde, sendo administradora deste fundo a Misericórdia da vila de Sintra; determinação que, depois de algumas indagações que deverão ainda ser aprofundadas, nos parece não se ter efetivado, da forma pretendida pelo dito prelado.

Durante os quase três séculos de atividade do Convento da Santa Cruz de Sintra, por ali passaram personagens notáveis da História de Portugal que, de algum modo, a ele ficaram associados.

Desde logo, El-Rei D. Sebastião, *"O Desejado"*. É de todos bem conhecida a predileção do monarca pela sua vila de Sintra e pela serra que a envolve. Mediante a análise dos Itinerários de D. Sebastião se comprova facilmente a frequência com que o rei nela pousava. Já em 1724, escrevia o Padre Baião no seu *Portugal Cuidadoso* que *"junto ao Palacio de Sintra ha um bosque taõ espeço, que ainda de dia mette medo a quem entra nelle só. E ElRey era disso tão izento, que sahia de noite a passear por elle muytas vezes duas e trez horas"*<sup>14</sup>. Em Junho de 1578, reuniu ali o seu Conselho de Estado, a fim de discutir a jornada africana que desembocaria na fatídica empresa de Alcácer Quibir e foi no Convento da Santa Cruz da serra de Sintra que, alegadamente, se recolheu para escrever as cartas de mobilização que enviou à nobreza nacional, para que o acompanhasse no temerário empreendimento.

<sup>11</sup> Visconde de Juromenha. *Cintra Pinturesca. Ou Memoria Descriptiva das Villas de Cintra e Collares e seus Arredores* (Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1905), 95. [https://archive.org/details/gri\\_33125000846648](https://archive.org/details/gri_33125000846648).; Piedade, *Espelho de Penitentes*, 244; Anónimo. *Descrição breve da origen e fundação da Prouincia de S. Maria d'Arrábida em Portugal* (manuscrito, 1626), 21.

<sup>12</sup> D. Francisco de Castro (1574-1653) foi um clérigo muito prestigiado, no seu tempo, havendo ascendido ao Bispado da Guarda, ao reitorado da Universidade de Coimbra e a inquisidor-geral do Santo Ofício. Era filho de D. Álvaro de Castro (fundador do Convento da Santa Cruz de Sintra) e D. Ana de Ataíde. Quando era ainda muito jovem ficou órfão dos pais e foi criado pela irmã mais velha, D. Violante de Castro, a quem chamava mãe.

<sup>13</sup> ANTT, Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, mç. 24.

<sup>14</sup> José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso* (Lisboa Occidental: Na officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737), 424, <https://archive.org/details/portugalcuidados00bai>.



Knight Frank & Rutley, *Monserrate - Portugal: one of the world's loveliest spots*, reprodução de uma das páginas do álbum com um fotografia geral do Convento, c.1929. © AMS.

Convento da Santa Cruz de Sintra, Figura de Cristo em oração, "Senhor no Horto", que se encontrava – no século xx – na capela fundada por D. Henrique. © coleção particular.

De referir, igualmente, a ligação particular que se estabeleceu entre o Cardeal-Rei D. Henrique e a comunidade conventual que, à época, habitava a casa dos Capuchos de Sintra, a qual surge bem explícita no legado que o dito cardeal ali deixou, a saber: uma mesa de pedra e uma capela – dedicada ao Cristo, carregando a sua cruz<sup>15</sup>. Nessa capela costumava o cardeal rezar missa para os religiosos e, quando no convento decidia pernoitar, era na sacristia da mesma que dormia.

Quanto à mesa de pedra que se encontra no refeitório foi, também ela, oferta de D. Henrique que, conhecendo a realidade da casa, sabia que os seus habitantes costumavam comer sentados por terra – para que em tudo se seguisse o exemplo de "Pai Francisco" – lhes não deu uma mesa, propriamente dita, mas antes uma laje de pedra granítica, tosca e dura, daquela mesma matéria de que a serra é feita, que mandou arrancar das imediações para que lhes fosse permitido desfrutar de forma mais digna e confortável o frugal alimento que tomavam para sustento do corpo.

Dos habitantes da casa, destacamos o poeta místico Frei Agostinho da Cruz (1540-1619), que foi um dos primeiros religiosos deste convento. Ali fez o noviciado e ali viveu, durante quarenta anos, retirando-se, depois, para o convento de Santa Maria da Arrábida, quando contava já sessenta e cinco anos. O seu nome de professo, reflete a sua ligação ao cenóbio de Sintra, segundo as palavras do próprio:

"Nasci, e renasci na casa em dia  
De Santa Cruz, da Cruz o nome tenho,  
[...]"

Outro personagem que se não pode deixar aqui de referir é o lendário Frei Honório de Santa Maria. Diz a supracitada crónica de Santa Maria da Arrábida que o frade era natural da vila de Arcos de Valdevez e que tomou hábito na Província de Portugal. Foi eleito por D. Fr. Marcos de Lisboa – Bispo do Porto e cronista geral da Ordem – como seu companheiro, aquando de uma viagem pelas províncias estrangeiras,

<sup>15</sup> Em rigor, deveremos dizer que a imagem de terracota que, já no século xx, se encontrava no nicho sobre o altar e da qual nos recordamos vagamente representava um Cristo em oração, no "Jardim das Oliveiras"; ou seja, um "Senhor no Horto" (ver imagem 4). Disto mesmo, dá conta José Alfredo da Costa Azevedo (*Azevedo, Obras de José Alfredo da Costa Azevedo*, 63), que confrontado, no entanto, com as informações da *Cintra Pinturesca* – corroboradas, aliás, pelo *Espelho de Penitentes* –, põe em causa o facto de essa ser a imagem original. A nós, suscita-se-nos a mesma dúvida, e inclinamo-nos a pensar que, de facto, ali tenha existido anteriormente uma imagem de Cristo carregando a sua cruz. Em favor desta teoria abona a inscrição do frontal de altar que é decorado com um painel decorativo de azulejos, de finais do século xvii, ou do início do século xviii. Nele se representam dois anjos segurando uma cartela com a seguinte inscrição latina: *"PECCATA NOSTRA IPSE PERTVLIT SVPER LIGNVM"*. Segundo a opinião de quem entende destas coisas, o latim utilizado não é o mais correto, mas a tradução será algo como: POR NOSSOS PECADOS PERDEU A VIDA SOBRE O LENHO. Pode ainda notar-se, por debaixo da cal, que o dito nicho foi, um dia, decorado com pintura. Da imagem de Cristo, construída em tecelos sobrepostos de terracota, resta apenas a parte inferior; uma vez que a parte superior desapareceu, em algum momento, nos anos oitenta do século xx.

Convento da Santa Cruz de Sintra,  
perspetiva geral.  
© PSML, Emigus.





cujo objetivo era o de indagar notícias acerca das mesmas. Contudo, foi o tempo que passou na tebaida da Serra de Sintra e a fama beatífica que aí granjeou – por via de uma vida piedosa e austera em extremo – que lhe valeram a reputação de beato e, até, um painel com o seu retrato, na igreja do convento<sup>16</sup>.

Conta-nos, além disso, o referido cronista, no seu *Espelho de Penitentes*, que “Muitos Estrangeiros, que o tem vindo ver, o mandaraõ debuxar, para nas suas terras confirmarem, e acreditarem com a pintura as admiraçoens, que fizeram na sua relação aos que o não tem visto.”<sup>17</sup>. E, verdade é, que se não são muitas as representações pictóricas do convento que se encontram, anteriores ao século XIX, não é menos verdade que as descrições de viajantes estrangeiros que por ali passaram são em número significativo, embora, estamos em crer, nem todas rigorosas. Ainda assim, resultam importantes para um melhor conhecimento do lugar e da vida dos religiosos que o habitaram.

Não temos aqui espaço para as transcrições que nos alegraria fazer, mas remetemos para a leitura dos relatos do botânico suíço Charles Frédéric de Merveilleux, para as cartas do sacerdote sueco Carl Israel Ruders<sup>19</sup> e, como não poderia deixar de ser, para os escritos de James Murphy<sup>20</sup> e William Beckford<sup>21</sup>. Além destes, vários foram os autores que escreveram sobre o Convento da Santa Cruz de Sintra, sobretudo os viajantes da centúria de oitocentos. Contudo, interessavam-nos relatos que antecedessem a extinção da vida fradesca na casa, por tanto, anteriores ao ano de 1834 e, daí, a razão das nossas opções.

E, assim, entre o ofício litúrgico, orações e penitências, o tempo foi correndo naquele lugar até que, em maio de 1834, é decretada a extinção das “Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares”<sup>22</sup>. Em consequência dessa extinção, virá a ser abandonado pelos seus últimos habitantes e, posteriormente, adquirido pelo segundo conde de Penamacor,

<sup>16</sup> Juromenha, *Cintra Pinturesca*, 98.

<sup>17</sup> Piedade, *Espelho de Penitentes*, 244.

<sup>18</sup> Charles Frédéric de Merveilleux, e César de Saussure, *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983), 165-168.

<sup>19</sup> Carl Israel Ruders, *Viagem em Portugal 1798-1802* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981), 134-135.

<sup>20</sup> James Murphy, *Travels in Portugal* (London: A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies (Successors to Mr. Cadell) in the Strand, 1795), 255-256.

<sup>21</sup> William Beckford, *A Côte da Rainha D. Maria I* (Lisboa: Livraria Editora – Tavares Cardoso & Irmão, 1901), 120-124.

<sup>22</sup> Decreto 28 Maio 1834, *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas*. 3.ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, 134, <http://net.fd.ul.pt/legis/1834.htm>.



Convento da Santa Cruz de Sintra, perspetivas do interior.  
© PSML, Emigus.

António de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria e Pereira (1815-1864), a quem foi dada a preferência no processo de aquisição; em virtude da sua ascendência e mediante interposição de requerimento apresentado nesse mesmo sentido<sup>23</sup>.

Em 1846, o Abade de Castro e Sousa escreve um pequeno artigo sobre o convento, para a *Revista Universal Lisbonense*, no fim do qual exorta os padroeiros, para que o não deixassem continuar no “estado de desamparo em que se acha”<sup>24</sup>. Tal apelo terá, porventura, contribuído para que o sobredito aristocrata “tendo beneficiado a igreja daquele convento para melhor Culto e serviço de Deos” haja endereçado, no ano de 1851, um pedido ao Cardeal Patriarca de Lisboa, no sentido de lhe ser dada permissão para mandar benzer, de novo, “a mesma igreja e capellas juntas para ali ser celebrado o St.º Sacrificio do Altar” o que, em consequência, lhe será concedido, tendo esse desígnio sido concretizado em 10 de Setembro de 1853.<sup>25</sup> Por aqui, se fica a saber que, assim, foi recuperada a possibilidade de realização do culto religioso entre as vetustas pedras do cenóbio arrábido e que a tradição de ali se celebrar missa, ao menos em certas datas, haveria de continuar.

## A “RUÍNA ARTÍSTICA” DE SIR FRANCIS COOK

Na sequência daquilo que acima fica expresso diz-nos Alfredo Leal, na sua História de Sintra que “A intervenção do Visconde de Monserrate, não salvou pois um monumento digno de apreço, mas foi útil, porque seria estúpido perder um documento de alguma maneira ligado á historia portuguesa, e muito principalmente á vida das congregações religiosas do paiz.”<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Santa Cruz de Sintra, cx. 2206.

<sup>24</sup> Abade de Castro, “O Convento ditto da Cortiça em Cintra.” *Revista Universal Lisbonense: Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterarios*, Tomo VI, Nº 13 (20 Agosto, 1846): 154-155, [http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1846-1847/Agosto/N.%C2%BA%20013/N.%C2%BA%20013\\_item1/index.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1846-1847/Agosto/N.%C2%BA%20013/N.%C2%BA%20013_item1/index.html)

<sup>25</sup> ANTT, Família Saldanha e Castro e Falcão Trigoso, mç. 16.

<sup>26</sup> Alfredo Leal, *História de Sintra* (Sintra: s. n., s.d.), 44.



Senhora das Dores (Mater Dolorosa).  
© PSML.

Convento da Santa Cruz de Sintra,  
perspetiva da Sala do Capítulo.  
© PSML.

Convento da Santa Cruz de Sintra,  
perspetiva da Capela da Paixão  
(Capela do Senhor dos Passos).  
© PSML.



Por falta de fontes documentais – iconográficas ou outras – não foi possível saber ao certo, até à data presente, em que circunstâncias concretas se encontrava o convento quando, como acima se referiu, Sir Francis Cook o adquire ao terceiro Conde de Penamacor, qual a extensão e natureza das intervenções realizadas no edifício, ou mesmo a forma como ali foram parar os poucos artefactos de arte sacra que nele se guardavam – pelo menos, desde as primeiras décadas do século xx – e que, contra todas as vicissitudes, acabaram por chegar até aos nossos dias.

Por um exercício comparativo de imagens pode aferir-se que desde a década de trintas do século xix até aos dias que correm, a traça do edifício não se alterou grandemente, pelo menos, no que concerne à sua fisionomia externa. Isto, apesar de as imagens que aqui reproduzimos apresentarem, entre si, diferenças: a perspetiva não é coincidente, há elementos que se vêem numa imagem e que não estão presentes na outra, etc. No entanto, quem como nós conhece bem o lugar, não consegue deixar de considerar espantoso que, num edifício de arquitetura tão despojada – ao ponto de se poder considerar materialmente desprezível –, ainda subsista algo que possa testemunhar uma certa originalidade e, o que é de maior espanto, tenha conseguido sobreviver à impiedade humana perante o “dispensável”.

Sem embargo, visitando o local, torna-se por demais evidente que, quer no exterior, quer no interior do edifício, as paredes ostentam as marcas da infindável sucessão de reparações nelas realizadas ao longo da sua centenária história; muitas delas, fruto da boa vontade daqueles que, muito embora ignorando preocupações éticas e técnicas inerentes às ações de recuperação e preservação de monumentos, foram, laboriosamente, evitando a sua total e inexorável ruína. Desse modo, foi o convento sofrendo a introdução de inúmeros “remendos” e, assim, adquirindo o aspeto decrépito dos velhinhos hábitos, outrora envergados pelos frades da casa.

Sobre os objetos artísticos que acima referimos – alguns dos quais se exibem nesta exposição – podemos somente assegurar que os mesmos não pertenceriam ao espólio original do convento, pela simples razão de não serem mencionados no inventário realizado no local a 10 de junho de 1835, na sequência do seu

encerramento compulsivo.<sup>27</sup> A exceção poderá, eventualmente, verificar-se relativamente a um “*crucifixo de madeira*”, que é referido como existente na sacristia. Todavia, essa simples menção, sem outra descrição, não permite tirar quaisquer conclusões. Também é referida, no mesmo local, a existência de “*três tunicas de gorguraõ roxas do Senhor dos Passos*” e, na descrição das dependências do convento, uma capela com essa invocação, o que indicia a existência dessa imagem, mas, da mesma, não se dá conta. Ainda assim, há uma escultura articulada, de vestir – executada com grande probabilidade no século xviii –, que indubitavelmente se enquadra nessa tipologia de figura sacra e que chegou até nós, estando, atualmente, nas reservas museológicas do Palácio de Monserrate.<sup>28</sup>

Já no que diz respeito à imagem, em madeira policromada, de Santa Maria Madalena, que em tempos se encontrou no nicho da portaria, ou à Senhora das Dores (Mater dolorosa) – aparentemente, esculpida em pedra de Ançã, e que, segundo a nossa opinião, deverá datar do século xv –, constante de algumas coleções de postais editados no século xx, retratada na Sala do Capítulo, mas também na Capela da Paixão (ou do Senhor dos Passos), nada se sabe acerca da sua proveniência.

A única referência que a ela encontramos é feita por José Alfredo da Costa Azevedo quando, na sua descrição do convento, designadamente da Sala do Capítulo, nos diz o seguinte: “*Neste nicho esteve muitos anos a imagem de Nossa Senhora das Dores, em pedra de Ançã, e que hoje se vê na capela do Senhor dos Passos*”.<sup>29</sup>

E, isto foi tudo o que, apesar das muitas horas de investigação e das largas dezenas de fontes consultadas, se logrou apurar acerca dos sobreditos artefactos.

Perante este cenário, parece-nos lícito levantar a seguinte questão: terá Sir Francis Cook sido o responsável pela colocação dos mesmos no espaço conventual? Em nosso entender, só existem duas possibilidades de resposta: ou os patronos alocaram ali algumas peças que pertenceriam a outras igrejas e capelas, das quais eram igualmente patronos, ou o Visconde de Monserrate<sup>30</sup> as adquiriu, em algum momento, e as utilizou para “decorar” a sua ruína artística. O que fica como certo é de que todo um universo de investigação está por fazer, relativamente a este espólio e à trans-memória do próprio cenóbio.

Em jeito de remate deste nosso texto, apraz-nos deixar aqui um breve parágrafo, da autoria do Visconde de Juromenha, o qual, em nosso entendimento, expressa de forma axiomática o devir existencial do Convento da Santa Cruz de Sintra:

“*Pedras magestosas, que não despertais a cubiça, e por isso ainda resistis á mão devastadora do homem, que altas lições estais apregoando no vosso silêncio; como estais falando á imaginação!*”<sup>31</sup>



Knight Frank & Rutley, *Monserrate - Portugal: one of the world's loveliest spots*, reprodução de uma das páginas do álbum com fotografias do interior do Convento, c.1929. © AMS.

<sup>27</sup> ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Santa Cruz de Sintra, cx. 2206.

<sup>28</sup> Esta peça foi alvo de uma intervenção de restauro, no ano letivo de 2004-2005, por parte de um grupo de alunos da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, no âmbito da realização da sua prova de aptidão profissional (PAP).

<sup>29</sup> José Alfredo da Costa Azevedo, *Obras de José Alfredo da Costa Azevedo* (Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1997), 62.

<sup>30</sup> Em 7 de Junho de 1870, D. Luís I cria e atribui a Sir Francis Cook o título de 1º Visconde de Monserrate, o qual viria a ser herdado pelo seu filho, Frederick Lucas Cook.

<sup>31</sup> Juromenha, *Cintra Pinturesca*, 92.